

RG não vale mais? Continua valendo

Lei determinava a substituição de todos os documentos, mas não foi regulamentada

MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA – Lei sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 7 de abril de 1997 abriu uma polêmica sobre a validade dos documentos de todos os brasileiros. A norma estabeleceu o número único de Registro de Identidade Civil, que não foi providenciado nos últimos cinco anos. Além disso, a regra estabeleceu que todos os documentos perderiam a validade a partir da última segunda-feira.

Para autoridades do governo federal e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), os documentos continuam valendo, apesar de a lei, proposta pelo senador Pedro Simon (PFL- RJ) em 1995, ter previsto o contrário. Na interpretação dessas pessoas, para que a mudança ocorresse, a lei deveria ter sido regulamentada posteriormente, o que não ocorreu. Por esse motivo, a nova regra não estaria valendo.

Na Câmara, há uma discussão para revogar toda a Lei 9.454, de 1997. Um projeto de lei apresentado em 1999 pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) propõe a revogação da norma. O parlamentar argumentou que a lei é autoritária, invade a privacidade das pessoas e, por esse motivo, é inconstitucional.

Relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o deputado Luiz Antonio Fleury concordou com Roberto Jefferson. "A lei tem realmente caráter autoritário, ditatorial e resquícios de inconstitucionalidade ao tentar na vida privada dos cidadãos brasileiros", concluiu Fleury em seu voto. Segundo a assessoria do deputado, a proposta foi aprovada na época pela CCJ.

Na terça-feira, Fleury fez um discurso na Câmara dizendo que trazia uma denúncia grave. "Quero afirmar aqui, em alto e bom som, que não existe documento válido hoje no território nacional", declarou ao parlamentar. O deputado defendeu a edição de uma medida provisória pelo governo para garantir a validade dos atuais documentos.

Já para o coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), João José Sati, a lei seria válida desde que fossem criadas maneiras de viabilizá-la. "É uma situação estranha. Mas a lei é importante, pois ajudaria a se criar um controle maior sobre a criminalidade do país. Se o cidadão comete um delito na Paraíba, pode ser encontrado em Tocantins com maior facilidade através do cadastro unificado." Ele disse ainda que a OAB alertou o presidente e o Ministério da Justiça há um mês sobre a necessidade de prorrogar o prazo para que a lei entrasse em vigor.



Flavio Maximiliano de Aguiar participa de projeto de mosaicos para conter encostas no Recife

Capacitação Solidária vai ser mantido

Ruth Cardoso diz que projeto prosseguirá em 2003, mesmo sem PSDB no governo

ZULEIKA HADDAD

Ao apresentar ontem na capital um balanço sobre o sexto ano do programa de Capacitação Solidária, a primeira-dama Ruth Cardoso disse que, em razão dos bons resultados alcançados, o programa tem garantias de continuidade em 2003, mesmo que o PSDB perca as eleições. Em 2001, 27.665 alunos participaram de 300 cursos, em nove regiões metropolitanas do País.

"Este ano queremos ampliar ainda mais esse programa", disse Ruth. Segundo ela, a melhor maneira de con-

seguir apoio de empresários é mostrando resultados. Para melhor expor os resultados, será realizada a exposição Juventude: Urgência Social, aberta ao público até amanhã, das 9 às 17 horas, na marquise do Museu de Arte Moderna, no Parque do Ibirapuera. Serão apresentadas 18 especialidades ensinadas, como confeitaria, construção de pranchas de surf e hidroponia. "Vendo a exposição, o que me impressiona é como existem coisas fantásticas neste país que a gente não sabe", afirmou Ruth. Uma das "coisas" à qual se referia é o curso de Mosaico e Contenção de Encostas, realizado no Recife, pelo Centro de Crescimento Integral (Physis). Durante os cinco meses do programa, 25 alunos aprenderam as técnicas do mosaico e continuarão trabalhando para a entidade após terminado o curso. A

intenção é tornar mais bonitas e seguras as encostas de morros da cidade. Eles já fizeram, inclusive, desenhos em mosaico em uma encosta construída numa favela.

Empregos – "Damos vida ao que está morto", disse Flavio Maximiliano de Aguiar, de 18 anos, que pretende seguir na profissão. "Quero mostrar minha arte, fazendo contenção de muros na favela", afirmou. "Há muitos morros onde trabalhar."

Segundo a primeira-dama, o programa não tem o compromisso de colocar os jovens no mercado de trabalho. No entanto isso está ocorrendo – 72% dos alunos que participaram de cursos já estão empregados. Entre as áreas de maior oferta de emprego, estão informática e turismo.



Presidente da Febem, Maria Luiza Granado, beija formando

Jovens da Febem recebem diplomas de gráfico na Fiesp

Em formatura do Projeto Gráfica-Escola, Alckmin promete desativar Parelheiros

Com apoio da para transformar a vida de adolescentes da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). Isso ficou claro ontem durante formatura de 20 garotos e garotas de 16 a 18 anos em liberdade assistida. Eles fazem parte da primeira turma do Projeto Gráfica-Escola, que, além de oferecer curso semestral profissionalizante de R\$ 120,00 mensais de ajuda e benefícios.

A cerimônia ocorreu na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e os formandos receberam os diplomas do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e outras autoridades. Na

Convênio oferece liberdade assistida a adolescentes

BRÁS HENRIQUE

RIBEIRÃO PRETO – A prefeitura de Ribeirão Preto firmou um convênio com a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) e a Fundação Telefônica para desenvolver um programa, denominado Liberdade Cidadã, de liberdade assistida de adolescentes infratores. O lançamento oficial do projeto será em maio.

Há cinco anos, a prefeitura já executa parte do programa: 60 menores infratores prestam serviços à comunidade, cumprindo jornada de oito horas semanais em departamentos públicos, com acompanhamento técnico. A partir de maio, esse número deve ser de 80 adolescentes.

Segundo a diretora do Departamento de Atendimento à Criança e ao Adolescente, da Secretaria Municipal da Cidadania e Desenvolvimento Social, Kátia Abud, o Liberdade Cidadã vai atender as medidas socioeducativas determinadas pela Justiça. O objetivo é cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, deixando a internação como último recurso para a Justiça.

A proposta é que até 120 jovens sejam acompanhados por psicólogos, assistentes sociais e educadores. Desde a semana passada, dez internos da Febem já trabalham como auxiliares, com carteira assinada, para uma empresa privada que constrói outros duas unidades da entidade. Cada um ganha um salário por quatro a cinco horas diárias de trabalho.

RESOLVA DEFINITIVAMENTE OS PROBLEMAS DE SUA EMPRESA COM ENERGIA ELÉTRICA

✓ Para consumos mensais entre 15.000 a 250.000 KWH*

Faça como mais de uma centena de empresários bem sucedidos, contrate os serviços do GRUPO ENERGIA e economize até 40% nos seus gastos mensais com energia elétrica.

"NÓS INVESTIMOS PARA VOCÊ."

Trabalhamos em parceria (contrato de performance) com os nossos clientes nos seguintes objetivos:

- Elaboração de projeto, aprovação e montagem de posto primário em 13,8 KV (todos os tipos).
- Adequação do fator de potência.
- AUTO-GERAÇÃO de energia elétrica no horário de ponta (Peak Shaving) e Stand By (EMERGÊNCIA) com potência entre 40KW e 250KW
- Consultoria e assessoria para racionalização de energia elétrica.

GRUPO ENERGIA

Aproveite e ligue agora, até a ligação é GRATUITA 0800-7702109 ou

ESTRADAS

Concessão da Viaoeste pode ser cassada

Empresa pode perder direito se não realizar obras previstas no contrato

SOROCABA – A operação do sistema rodoviário Castelo Branco-Raposo Tavares, transferido em concessão à empresa Viaoeste, voltará para a Secretaria dos Transportes do Estado, caso a concessionária mantenha a decisão de não realizar obras previstas no contrato. Segundo o coordenador-geral da Comissão de Concessões da Secretaria, Silvio Augusto Minciotti, o contrato prevê a reversão em caso de reiterada inadimplência da concessionária.

Nesse caso, as rodovias voltariam a ser administradas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) ou pela Empresa de Desenvolvi-

mento Inaro Fontan Pereira, condicionara a realização das obras de duplicação da Rodovia Raposo Tavares a uma revisão nas cláusulas da concessão. Segundo ele, depois de assinado o contrato, ocorreram fatos novos, como a incidência de Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre a receita dos pedágios.

Inaro mencionou também o

baixo volume de tráfego nas marginais da Castelo e a decisão do governo de não instalar pedágios no Rodoanel como prejudiciais à Viaoeste.

Se continuar inadimplente, a Comissão de Concessões vai recorrer às garantias financeiras oferecidas no contrato e, persistindo, decretará a intervenção no sistema. (José Maria Tomazela)

AMERICANBOX

APROVEITE NOSSAS PROMOÇÕES!

QUALIDADE ATENDIMENTO PREÇO

PRAZO DE ENTREGA PAGAMENTO FACILITADO INSTALAÇÃO

0800-162330

GRUPO ENERGIA